

HOSPITALIDADE E PATRONATO NOS MONUMENTOS FUNERÁRIOS DA LUSITÂNIA ROMANA



Airan dos Santos Borges de Oliveira¹

Resumo: Neste estudo nos dedicaremos ao contexto imperial romano a partir do horizonte epigráfico. Dada a vastidão de espaço e de culturas agrupadas pelo *Imperium*, escolhemos nos dedicar ao caso da província da Lusitânia, localizada na *Hispania*, entre os séculos I e III EC. A intenção consiste em investigar as potencialidades dos monumentos funerários e de suas inscrições para o estudo das relações sociais que deram forma à chamada sociedade provincial romana naquela região. Neste ensejo, examinaremos dois monumentos funerários localizados no *Conventus Pacensis*: os epitáfios de *Gaio Julio Galo*, com datação aproximada no século II, e, já no limiar do século III, observaremos de perto a estela funerária de *Lucio Julio Apto*. A proposta é perceber como as biografias fúnebres dos dois indivíduos nos dão pistas para compreender as relações de patronato e hospitalidade desenvolvidas naquele contexto.

Palavras-chave: Epigrafia Latina, Inscrições Funerárias, Sociedade Romano-Provincial da Lusitânia, *Hospitium*, *Patronatus*.

Dossiê

Abstract: In the current analysis, we will focus on the Roman imperial context from the epigraphic horizon. Given the vastness of space and culture grouped by the Roman *Imperium*, we have chosen to focus on the case of the province of Lusitania, located in *Hispania* between the 1st and 3rd centuries CE. The intention is investigating the potentialities of the funerary monuments and its inscriptions, in order to study the social relations that formed the so-called Roman provincial society in that region. In this context, we will examine two epigraphic monuments located in the *Conventus Pacensis*: the epitaphs of *Gaio Julio Galo*, dating from approximately the 2nd century, and, on the threshold of the 3rd century, we will closely examine the funerary stele of *Lucio Julio Apto*. The purpose is to understand how the funeral biography of the two individuals gives us clues to understand the relationships of patronage and hospitality developed in that context. **Keywords:** Latin Epigraphy, Funerary Inscriptions, Lusitania Roman-Provincial Society, *Hospitium*, *Patronatus*.

Resumen: En este estudio nos dedicaremos al contexto romano imperial desde el horizonte epigráfico. Dada la inmensidad del espacio y las culturas agrupadas por el Imperio Romano, decidimos dedicarnos al caso de la provincia de Lusitania, ubicada en Hispania entre los siglos I y III EC. La intención es

¹ Professora Adjunta de História Antiga na UFRN – campus CERES e do Programa de Pós-Graduação em História dos Sertões da mesma instituição. Atualmente, coordena os projetos de pesquisa: “A recepção dos clássicos nos Cordéis Nordestinos” e “A sociedade provincial romana através da Epigrafia funerária” ambos cadastrados na Propeq-UFRN. Para consultar demais obras da autora: <https://ufrn.academia.edu/AiranBorges> E-mail: <borgesairan@gmail.com>.



investigar el potencial de los monumentos funerarios, y sus inscripciones, para el estudio de las relaciones sociales que dieron forma a la llamada sociedad provincial romana en esa región. En esta ocasión, examinaremos dos monumentos funerarios ubicados en el *Conventus Pacensis*: los epitafios de *Gaio Julio Galo*, con una datación aproximada en el siglo II y, ya en el umbral del siglo III, observaremos de cerca la estela funeraria de *Lucio Julio Apto*. La propuesta es entender cómo la biografía funeraria de los dos individuos nos da pistas para entender las relaciones de patrocinio y hospitalidad desarrolladas en ese contexto.

Palabras Clave: Epigrafía latina, Inscripciones funerarias, Sociedad Romano-Provincial de Lusitania, *Hospitium*, *Patronatus*.

INTRODUÇÃO

No mundo romano, a diferença entre inscrições públicas e privadas é a distinção mais significativa a ser feita ao se categorizar a enorme massa de documentos epigráficos que chegaram até nós (COOLEY, 2012, p. 117; LLO-RIS, 2014, p. 89). Em linhas gerais, as inscrições públicas eram aquelas criadas por artesãos profissionais em pedra ou bronze, cuja grafia caracterizava-se pela utilização de letras grandes e cuidadosamente esculpidas (as *litterae lapidariae*), e que tinham uma função comemorativa ou normativa, sendo encontradas em monumentos colocados em espaços públicos. Por outro lado, as inscrições particulares traziam mensagens efêmeras destinadas a um público muito restrito e geralmente eram inscritas pelos próprios indivíduos em objetos de uso diário, ou nas paredes, em letras minúsculas e em um estilo mais cursivo. Diferentemente das inscrições públicas, as particulares foram preservadas de forma não intencional, em virtude do material resistente utilizado - cerâmica, osso ou metal. (LLO-RIS, 2014, p. 89-90; GARRAFFONI & LAURENCE, 2013, p. 123-134).

Em muitos casos, os suportes chegaram até nós fragmentados, descontextualizados de seus locais de procedência iniciais, com textos limitados ou, ainda, incompletos ou ilegíveis (KRUSCHWITZ, 2014, p. 719-720; BRUUN & EDMONDSON, 2014, p. 9-10). Frente a isso, somos provocados a não considerar os vestígios materiais escritos, uma vez transformados em documentos históricos, como meios que possibilitam uma aproximação direta das comunidades que habitaram as regiões agrupadas pelo Império Romano e reorganizadas em províncias, mas como vestígios ou fragmentos de experiências humanas específicas, peculiares. Assim, a própria ideia de acesso a uma 'sociedade provincial' a partir dos dados epigráficos precisa ser questionada. No caso das inscrições públicas, quais indivíduos ou grupos fomentaram a produção deste tipo de material? Estamos perante suportes monumentais



cuja produção foi contextualizada numa complexa rede artesanal que envolveu tanto a técnica de escultura e a definição de estilos decorativos, quanto o acesso a diferentes tipos de matéria-prima para a elaboração do suporte, além do domínio – parcial ou não, da escrita. Pagava-se pela produção da epígrafe e, no caso dos textos funerários, as recomendações para a elaboração da lápide podiam constar dentre os desejos registrados em testamento.

Neste artigo refletiremos a respeito das contribuições dos textos epigráficos para a ampliação de nossos conhecimentos a respeito do contexto provincial romano desenvolvido na Península Ibérica. Vamos nos dedicar aos vestígios materiais deixados por dois indivíduos que integraram a chamada sociedade romano-provincial da Lusitânia no século II EC, a saber, as estelas funerárias de *Gaio Julio Galo* e *Lucio Julio Apto*. O primeiro conjunto de informações que conseguimos extrair dos suportes epigráficos consiste nos dados biográficos dos falecidos: o nome completo à romana' (*trianomina*), o registro da filiação e da distinção que possuíam frente à sociedade – a cidadania romana. Todavia, o texto gravado em mármore também apresenta outro tipo de informação atrelada às instituições sociais tradicionais ao contexto itálico, e que foram experienciadas na província da Lusitânia, a saber: a hospitalidade e o patronato. Nesta análise, esses dois níveis de informações formarão o fio condutor de um olhar dedicado a explorar as potencialidades dos estudos epigráficos para a compreensão do cotidiano matizado das relações sociais desenvolvidas nas províncias romanas.

Aqui, o objetivo consistirá em apreender as especificidades desta tipologia documental, compreendê-la no horizonte cultural latino e refletir sobre os subsídios que ela oferece para a compreensão das redes sociais que deram forma à sociedade romano-provincial da Lusitânia. Para tanto, dividiremos a análise em três eixos: no primeiro, nos debruçaremos nas especificidades regionais da província alvo de nossas reflexões entre os séculos I e II EC. Na segunda seção, introduziremos o estudo da produção epigráfica provincial, lançando um olhar específico sobre as potencialidades da epigrafia funerária para o estudo de caso centrado na Lusitânia. Por fim, a partir da análise de dois epitáfios, observaremos como a epigrafia fornece elementos para a compreensão da heterogênea dinâmica social provincial peninsular. Avancemos, portanto, nesta direção.

O Império Romano a partir das províncias: o caso da *PROVINCIA ULTERIOR LUSITANIA*

A fundação da Lusitânia consistiu em uma das ações administrativas operacionalizadas na Península Ibérica por César Augusto após a finalização

das guerras Cantábricas, no noroeste peninsular, em 19 AEC. Entre 16-13 AEC², Augusto reorganizou a divisão provincial na Península Ibérica (LE ROUX, 2010, p. 60-63), que passou a contar com três zonas provinciais (Imagem 1): a *Hispania Citerior Tarraconensis*, *Hispania Baetica* e a *Provincia Ulterior Lusitania*.



Imagem 1 – Províncias Romanas Ibéricas a partir de Augusto (CARVALHO, 2012, figura 1).

Nesta perspectiva, a Lusitânia afirmou-se como uma província romana a partir da integração de regiões e de povos com características identitárias próprias num quadro administrativo único. A atuação romana buscou, assim, formar uma realidade político-administrativa estrategicamente coerente com os objetivos da conquista. Concordamos com Patrick Le Roux na compreensão de que o nascimento da Lusitânia como província insere-se numa ação artificial, materializada numa reforma baseada em três aspectos: no

2 Para Vasco Gil Mantas, a discussão sobre a data e os motivos que levaram à divisão da Ulterior em duas províncias - Bética e Lusitânia - continua aberta, apesar de algum consenso em torno do carismático ano 27 a.C., indicado por Dião Cássio, e de motivações de ordem político-estratégica, resultantes da nova ordem institucional romana, introduzida por Augusto. Porém, para o autor, tal iniciativa antes do fim das campanhas no Norte não tem sentido, e a divisão não deve ter-se verificado antes de 25 a.C., ano da fundação da colônia de Augusta Emerita, que se relaciona com o estabelecimento de numerosos soldados licenciados, ou mesmo mais tarde, talvez em 22 a.C., quando há registros de L. Séstio Quirinal Albiniano exercendo funções de categoria consular na Península. Neste ano, a Narbonense foi transferida para a administração senatorial, e no ano anterior Augusto recebera a *tribunitia potestas* plena e foi investido de um *imperium maius* que lhe atribuiu poderes sobre todas as províncias. A criação da província não correspondeu a uma definição territorial imutável, fato que se deve atribuir às dúvidas quanto ao melhor modelo administrativo adaptado às realidades do que podemos designar como Grande Lusitânia. Vide análise completar em Mantas (2004, p. 73).



reforço da ideia da província enquanto um estatuto jurídico funcional para a estabilização do território, na designação das cidades como eixos-sedes para a divisão do território e na organização conventual – que contribuiu para reparar as funções administrativas no interior das províncias (LE ROUX, 2010, p. 60-63). A administração romana foi efetivada a partir da reestruturação local e regional das populações, na nomeação ou renomeação dos territórios e no deslocamento e assentamento de comunidades. Tais ações atuaram conjuntamente na construção de novos espaços de sociabilidade que fomentaram a criação de novas formas de visibilidade pelos indivíduos que nelas viviam, contribuindo para a emergência de novas identidades locais, as *civitates* (LE ROUX, 2007, p. 213).

Em diálogo com Le Roux (2007, p. 203) e Joaquín Gomez Pantoja (2007, p. 230-236), pode-se considerar que a dinâmica provincial introduzida não substituiu as comunidades locais. A província pode ser interpretada como uma estrutura administrativa utilizada para a estabilização do território ao introduzir novas regras para o funcionamento e usos do espaço. No caso da Lusitânia, sua constituição geográfica não se limitava à redefinição cartográfica. Enquanto intersecção entre o governo imperial e os cidadãos (novos ou não), a nova organização espacial introduzida fundamentava-se na compreensão de que os espaços transformados em territórios combinavam paisagens organizadas, estratégias de exploração do solo, a definição das propriedades pública e privada, a acessibilidade dos lugares, e, sobretudo, a organização social que habitava e vivenciava o espaço físico (MANTAS, 2004, p. 70-73).

As cidades e as comunidades locais constituíam, assim, o que Le Roux considerou como a ‘ossatura das províncias’ (LE ROUX, 2007, p. 203). Suas heranças culturais alicerçavam uma construção geográfica, que fora reconduzida pelas autoridades imperiais e recaracterizada pela regionalização e adaptação às realidades locais. Neste ponto de vista, a divisão e a fixação provincial desempenharam um papel catalisador no cruzamento das histórias locais e a presença romana. O espaço provincial pode ser definido como o local da autoridade, tão simbólico quanto administrativo, extensível e maleável às especificidades locais, enquanto o território cívico pode ser definido pela delimitação e fixação no espaço das *civitates*. Juntos, ambos atuaram de forma coordenada na construção, regulação e consolidação das áreas submetidas, sendo a produção epigráfica vestígio desse processo (MANTAS, 2004, p. 67-68).

Uma importante contribuição ao estudo dos textos epigráficos no contexto imperial romano foi dada pelo historiador Ramsay MacMullen. Em seu artigo publicado em 1982, o autor cunhou a expressão “hábito epigráfico” e deu um passo adiante nos estudos, ao considerar que as investigações realizadas a



partir das epígrafes deviam incluir o conjunto de práticas relacionadas à escrita, tais como a gravação do texto na superfície e na própria circulação do material no conjunto da sociedade, e à sua produção (considerando o desenvolvimento de profissões e oficinas especializadas, técnicas de produção, o acesso às fontes minerais, dentre outros pontos). Estas duas deveriam estar contextualizadas no horizonte sociopolítico do mundo greco-romano (MACMULLEN, 1982, p. 244-246)³.

Em seu clássico estudo sobre o caso gaulês, Greg Woolf ressalta que a difusão do hábito epigráfico nas províncias romanas do Ocidente pode ser interpretada como “índícios das mudanças culturais” oportunizadas pelo encontro de diversas culturas com as práticas culturais mediterrânicas (WOOLF, 1998, p. 77-83). Nesse sentido, o estudo dos textos produzidos nessas províncias não pode ser dissociado do estabelecimento de uma infraestrutura complexa e multifacetada. Woolf contextualiza a análise das inscrições no que denominou ‘geografia cultural’, isto é, não mais estudadas de forma isolada, mas como integrante de um sofisticado fenômeno que envolveu a distribuição de colonos, a implantação ou ressignificação de cidades, a construção de redes viárias e fluviais, a implantação de sistemas de abastecimento aquífero e de produção, dentre outros aspectos da geografia física e do domínio nas províncias, cujo desenvolvimento seguiu ritmos distintos em cada região do Império (WOOLF, 1998, p. 83-91).

Desse modo, não se trata de contextualizar um determinado documento epigráfico em um conjunto de datas e fatos. Diferentemente, a tarefa desafiadora consiste em questionar os usos das fórmulas discursivas, de conceitos caros à tradição mediterrânea no contexto provincial, examinando, também, sua releitura pelos grupos locais. Consideramos que, na proposta de investigar as comunidades provinciais, a montagem dessas “teias semânticas” torna-se fundamental, sobretudo para não recair na armadilha do etnocentrismo das abordagens tradicionais, suprimindo as especificidades das dinâmicas provinciais em relação ao centro imperial.

O “hábito epigráfico” é interpretado por nós como um dos ícones mais expressivos desse decurso. Através dele é possível observar a multiplicidade das

³ Uma importante crítica ao estudo de MacMullen foi feita por Francisco Beltrán Lloris, no artigo intitulado “The ‘Epigraphic Habit’ in the roman world”, publicado na coletânea “Roman Epigraphy”, organizada por Jonathan Edmondson e Christer Bruun em 2014. Nela, Lloris destaca que o estudo da cultura gráfica romana deve considerar, além das fortes tendências gerais destacadas por MacMullen, as “emoções privadas” que teriam motivado a adoção dessa forma de registro da memória individual nos diferentes contextos sociais agrupados pelo *Imperium*. Assim, o estudo da prática epigráfica envolveria tanto uma nova relação com a escrita, como, também, outra noção de indivíduo e os registros da memória individual.



formas de identificação dos novos cidadãos, as estratégias locais de promoção política, o percurso dos grupos de elite na administração das cidades, as alianças políticas desenvolvidas através das relações de patronato, as formas de comunicação com a administração imperial, para citar algumas das possibilidades analíticas. Uma vez apreendida, a prática epigráfica foi utilizada como uma estratégia de vivência do espaço social pelos grupos sociais provinciais, viabilizando sua integração na materialidade do espaço urbano das *civitates*.

À vista disso, compreendemos que a produção epigráfica consiste em um importante meio para acessar a dinâmica do espaço social, amplo e diverso, das comunidades que compunham a Lusitânia⁴. Diferentemente dos textos clássicos, o *corpus* epigráfico peninsular está em contínua expansão, haja vista o avanço das pesquisas arqueológicas nos distintos sítios mapeados e a descoberta de novas inscrições⁵. O texto epigráfico assume uma importância singular, uma vez que as inscrições apresentam informações diretas a respeito das práticas culturais, funerárias e políticas desenvolvidas entre as culturas locais e a administração romana. Deste modo, consideramos que seu estudo viabiliza o acesso às práticas locais, à linguagem cotidiana da vida cívica, aos usos e funcionalidades das práticas espaciais.

Tendo em vista a ampliação da produção na Lusitânia entre os séculos I e II EC, a prática epigráfica transformou-se em uma das vias de diálogo, inserção e interação entre as comunidades locais e o sistema de domínio imperial. Na análise dos dados epigráficos, partimos da ideia de que cada comunidade cria, ou ressignifica, de acordo com os seus parâmetros, as próprias formas de vivência e inserção no espaço das cidades. Nesses termos, através da análise dos

4 Nesta região, especificamente, as informações tidas como "oficiais ou atreladas à administração romana" advêm de autores ligados à oficialidade romana e que produziram obras que descrevem a região a partir de relatos indiretos. Esses são os casos da Geografia de Estrabão e, em menor medida, da História Natural, de Plínio, o Velho. Estas são baseadas em fontes indiretas, de relatos de segunda e terceira ordens de viajantes que estiveram em cidades como *Gades*, *Corduba*, *Saguntum* ou *Tarraco*, e que recolheram informações sobre como eram as terras, e como viviam os povos que habitavam a região antes da chegada dos romanos, principalmente celtiberos, lusitanos e galaicos.

5 Vale destacar que, desde a publicação do volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum* (CIL - cuja primeira edição foi publicada em 1892 pela Academia das Ciências de Berlim), o *corpus* epigráfico peninsular está em constante expansão, sobretudo, devido à continuidade das escavações arqueológicas desenvolvidas por distintas instituições de pesquisa. Atualmente, três publicações se destacam na divulgação de novas epígrafes, sendo elas o *Ficheiro Epigráfico*, suplemento da Revista de Arqueologia Conimbriga, vinculada ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra; o *Epigraphic Database Heidelberg* (EDH - editado pela *Heidelberg Academy of Sciences and Humanity* e, desde 2007, é coordenado pelo Prof. Dr. Christian Witschel) e o *Hispania Epigraphica Online* (HEpOnl - atualmente coordenado pelo Prof. Dr. Prof. Dr. Joaquín Gómez-Pantoja).

dados, é possível compreender uma parte deste movimento, isto é, as estratégias de vivência do espaço social pelos grupos de elite através de sua integração no espaço urbano viabilizado pelas epígrafes inseridas nos espaços públicos.



A EPIGRAFIA FUNERÁRIA E O ESTUDO DA SOCIEDADE PROVINCIAL DA LUSITÂNIA

No contexto epigráfico romano, as inscrições funerárias integram o conjunto mais amplo das chamadas inscrições públicas. Trata-se de inscrições agrupadas de acordo com tipos definidos por funções - sagradas, honoríficas, funerárias, que integram monumentos ou oficiais, isto é, os textos que foram emitidos por autoridades locais ou regionais (LLORIS, 2014, p. 89). Enquanto as dedicações honoríficas compreendem a categoria de maior prestígio da inscrição romana, os epitáfios são os mais numerosos. No que diz respeito à cidade de Roma, por exemplo, os monumentos funerários passaram por vários estágios de desenvolvimento, bem documentados e compreendidos pela bibliografia especializada⁶, e as inscrições funerárias correspondem a aproximadamente 90% das inscrições publicadas ou não, de acordo com os dados indicados por Richard Saller & Brent Shaw (1984, p. 124), reiterados por Laura Chioffi (2014, p. 627) e Francisco Beltrán Lloris (2014, p. 96). No horizonte peninsular, esse panorama se repete: as inscrições funerárias constituem a tipologia mais abundante no conjunto dos acervos epigráficos (SAQUETE CHAMIZO, 1997, p. 73-93; EDMONDSON, NOGALES BASARRATE & TRILLMICH, 2001, p. 19-89; PANDO ANTA, 2005, p. 219-239). Relativamente ao contexto provincial, a produção de epitáfios consiste em um importante indicativo da expansão do 'hábito epigráfico'.

Lloris destaca que não se pode considerar a produção de epitáfios como um hábito homogêneo (LLORIS, 2014, p. 95-96). Embora sua produção fosse disseminada na sociedade romana do século II AEC até a Antiguidade Tardia, durante esse longo período houve variações e flutuações em sua adoção por diferentes regiões e grupos sociais: se na República tratava-se de um fenômeno característico de grupos de elite, durante o Principado a prática se espalhou mais amplamente por outros setores da população, enquanto que no século III EC seu uso tornou-se menos frequente em algumas regiões, até que,

⁶ Dentre a diversidade de trabalhos dedicados ao tema, recordamos os estudos de Brent D. Shaw, *Latin Funerary Epigraphy and Family Life in the Later Roman Empire* (1984), Keith Hopkins *Death and Renewal* (1985), o artigo de Walter Scheidel *Epigraphy and demography: birth, marriage, family, and death* (2007) e o recente trabalho de Jeremy McInerney, *Interpreting Funerary Inscriptions from the City of Rome* (2019).

no V século, passa a ser uma prática marginal (SALLER & SHAW, 1984, p. 124-130; LIVERANI & SPINOLA, 2006).



Para além da identificação do defunto, no período entre os séculos I e II EC, os monumentos funerários completos apresentam em sua estrutura uma inscrição com a dedicação aos deuses Manes, a idade na qual faleceu e as pessoas que erigiram a memória, através das fórmulas: *faciendum curavit* ou *faciendum curaverunt* - mandou ou mandaram fazer. Ainda são incluídos dados sobre a vida pública e privada dos indivíduos e, por vezes, uma escultura que representa o morto, além de elementos decorativos (que podem incluir a representação de utensílios rituais ligados ao mundo dos mortos). As fórmulas latinas *Hic situs est* ou *Hic sita est* (aqui jaz), e *Siti tibi terra levis* (que a terra te seja leve) finalizam a inscrição e reforçam sua inserção no universo funerário romano (D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 121). Nessa perspectiva, a inscrição nomeia o defunto e apresenta uma síntese de sua biografia. Em alguns casos, se assemelha a uma legenda: curta, simples, objetiva. Noutros, apresenta-se o *cur-sus honorum* vivido: a carreira política, os sacerdócios, as relações de patronagem mantidas em vida (e perpetuadas quando registradas) e a profissão. Têm lugar também os encomendantes, ou seja, aqueles que cuidaram da realização do monumento quando da morte do homenageado. Nestes casos, tais pessoas registraram o papel e o estatuto que desempenharam na vida do defunto (eternizando, assim, suas relações familiares, políticas e sociais).

Para além disso, os monumentos funerários representam um conjunto de princípios simbólico-rituais que visavam tanto a perpetuação da memória do defunto quanto a separação e a garantia da boa relação entre o mundo dos vivos e dos mortos. Se a materialidade do monumento representa o desejo de salvar o nome do defunto do esquecimento, vencendo, simbolicamente, a morte e alcançando a imortalidade, por outro lado, os rituais de purificação realizados quando do enterramento - e mantidos através da realização das cerimônias festivas a nível privado (culto aos Lares, por exemplo) e públicos (festas cívicas do ciclo da purificação do calendário latino, tais como as Parentalias, realizadas em fevereiro, e as Lemúrias, em maio) - visam a garantia da *pax deorum*, entendida como a harmonia entre as divindades relacionadas ao mundo dos mortos e os humanos, tanto no âmbito familiar, como no espaço comunitário.

Dialogando com essas assertivas, lembramos as reflexões de Helena Paula Carvalho, ao considerar que o *monumentum* sacraliza um espaço, criando um local de acompanhamento e separação, de perpetuação da lembrança, servindo para recordar. Enquanto um lugar de comemoração e rememoração, ele torna-se um espaço voltado para os vivos, imbuído de uma função narrativa e social, função esta que não se encerra na identificação do defunto ao qual se



destina o monumento, mas no registro do círculo social no qual ele viveu e com o qual se relacionou (CARVALHO, 1992, p. 35).

No período em questão, os princípios rituais prescritos pela *religio romana* e revividos nas festas do ciclo de purificação presentes no calendário cívico aparecem também na decoração que encontramos nos monumentos. São jarros e páteras⁷ para as abluções; flores, pétalas, grinaldas, cornucópias que, uma vez gravados no suporte, eternizam e perpetuam os atos purificatórios, realizando uma homenagem permanente. Tanto os elementos decorativos, quanto os dados usados para descrever e representar o morto poderiam ser prescritos nas disposições testamentárias elaboradas em vida e realizadas pelos herdeiros, membros da família, clientes ou patronos e, ainda, pelo *ordo decouriorum*, o governo local das cidades provinciais.

No estudo dedicado às inscrições romanas do *Conventus Pacensis*, José d'Encarnação ressalta que nas epígrafes funerárias datadas a partir de meados do século I EC, nota-se a inclusão dos Deuses Manes, pela sigla D.S.M (*Dis Manibus Sacrum*), no início da inscrição. Na análise do autor, esta inclusão da dedicatória visava indicar que aquele lugar pertencia aos deuses e que toda violação provocaria a ira divina e seria interpretada como um sacrilégio. Desta forma, com a dedicação aos deuses garantia-se a consagração e acreditava-se que 'o defunto estaria em boas mãos' (D'ENCARNAÇÃO, 1984; 2010, p. 124). Outra presença constante são os elogios fúnebres (*laudatio funebris*) que, a partir do século II EC, são escritos sempre em superlativos, para além dos adjetivos com alta carga afetiva, como *amantissimus*, *carissimus*. D'Encarnação destaca outros dois, igualmente comuns, a saber: *piissimus* e *pientissimus*. Com essa inserção, reforçava-se que, em vida, os defuntos seguiram corretamente os preceitos religiosos (D'ENCARNAÇÃO, 2010, p. 124-125).

É possível considerar que, através dos elementos decorativos e dos elogios fúnebres, a atmosfera ritual é perpetuada, e seu sentido mágico-religioso é resguardado. Tomados em conjunto, apontam para uma concepção essencial definida pela relação íntima entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. A ausência de cronologia nos epitáfios e o uso da forma verbal no presente na expressão *siti tibi terra levis* destacam que o morto continua ali, presente, além de, em alguns casos, ouvir e falar com o transeunte⁸.

7 *Patera* ou *Paterae* (plural) são uma espécie de tigela rasa em cerâmica ou metal, utilizadas para libação em cerimônias rituais.

8 Recordamos a ara que hoje integra o acervo do Museu Regional de Évora, provavelmente procedente da *civitas Pax Iulia*. Nela, encontra-se o epitáfio poético de Nice, datado no século I EC, cuja tradução realizada pelo Prof^o José d'Encarnação transcrevemos a seguir: 'Quem quer que tu sejas, viajante, que passares por mim, neste lugar sepultada, se de mim tiveres pena — depois de teres lido que faleci no vigésimo ano de



Outro dado importante consiste na retratística funerária romana, que se une à tradição republicana das *imagines maiorum* - representação dos defuntos que se destina aos funerais familiares. Tais representações buscam reproduzir a imagem do morto com fidelidade, funcionando como uma espécie de presença do morto na terra. Após a cerimônia fúnebre, o destino destas imagens eram os pequenos altares domésticos, o *atrium* das casas. O retrato funerário se apropriou dessas práticas e agregou elementos estéticos que individualizam uma forma de representação do morto. Como Helena Carvalho destacou com maestria, a retratística agrega mais um reforço no projeto de perpetuação do indivíduo: ela condensa a memória em uma imagem. Nas palavras da autora:

(...) os retratos fúnebres resguardam a memória do indivíduo, mas também da família. Memória de um defunto, mas destinada aos vivos, vivos que serão não só os familiares, mas a comunidade, os que passam, os que virão. Os retratos saem, justamente com os monumentos funerários, dos limites da cidade. A memória quer-se perpétua (CARVALHO, 1992, p. 39).

Se o monumento funerário romano “destina-se a perpetuar a memória do defunto e a marcar no terreno um espaço onde essa memória se perpetuará”, como destaca Carvalho, a análise do espaço no qual o enterramento acontece torna-se fundamental para o desenvolvimento do estudo das epígrafes funerárias provinciais. De acordo com a tradição romana, a implantação de um sepulcro delimita um segundo espaço: o *locus religiosus*, espaço consagrado ao defunto e protegido pela lei e pelos deuses. Este recebeu inúmeros vocábulos em época romana, a saber, *monumentum*, *tumulum*, *sepulchrum*, *antrum*, *heroum*, *loculus* (CARVALHO, 1992, p. 21). A variedade de denominações aponta para as múltiplas formas de demarcação desses espaços, cuja sacralidade era conservada através da celebração dos rituais cívicos e privados de acompanhamento e separação do morto.

De acordo com a legislação republicana⁹, os mortos são *res funestas* e não devem habitar o mundo dos vivos. Contudo, ao mesmo tempo, eles precisam estar próximos o suficiente para que os rituais *post-mortem* sejam realizados, para que a consagração da memória do morto, através da manutenção dos rituais de purificação, seja mantida. É dessa prescrição que advém o hábito ro-

vida — e se o meu descanso te sensibilizar, rogarei que, fatigado, tenhas mais doce descanso, mais tempo vivas e longamente envelheças nesta vida que não me foi lícito desfrutar. Chorar de nada te serve. Por que não aproveitas os anos? Ínaco e Io mandaram fazer para mim. Vai, é preferível, apressa-te, agora que já leste o que tinhas para ler. Vai. Nice viveu vinte anos” (tradução de D'ENCARNAÇÃO, 1984, ficha nº 270).

9 Vide a *Lex Duodecim Tabularum* (Lei das XII Tábuas), Tábua X – Do direito Sacro. Aqui, utilizamos a tradução de MEIRA, S. A. B. A lei das XII Tábuas: fonte do direito público e privado. Rio de Janeiro: Forense, 1961.



mano, também observado nas cidades provinciais, de localizar as necrópoles ao longo das vias e não dentro do recinto urbano. As vias transformam-se, nessa perspectiva, em espaços neutros, mas com uma potente carga simbólica: são espaços de passagem dos vivos e de encontro com os mortos (CARVALHO, 1992, p. 28).

De acordo com essa interpretação, ainda que as necrópoles pudessem atuar como marcos de demarcação das fronteiras que delimitam os núcleos populacionais, a ideia de uma intencionalidade que pressupõe um projeto planejado para a colocação dos monumentos funerários não é amplamente aceita, uma vez que não havia um plano sistêmico e modelar para a fundação desses espaços nos distintos contextos urbanísticos que tiveram lugar nas regiões agrupadas pelo Império Romano. Desta forma, a escolha do local para a colocação das tumbas pode variar de uma cidade para outra, de necrópole para necrópole, do que se pode deduzir a ausência de um controle público ou de uma planificação racional para estes espaços (TOYNBEE, 1971, p. 74).

No contexto da Lusitânia, no período alto-imperial, a prática do enterramento coexistiu com a cremação. Como aponta Carmen Pérez Maestro, os enterramentos identificados nas campanhas de escavação de dezembro de 2005 e janeiro de 2006 na zona arqueológica III da cidade de Emérita - ES, no território da *civitas Augusta Emerita*, apresentam tanto enterramentos de incineração, na orientação norte-sul, como os de inumação, com orientação norte-sul e leste-oeste. Ambos apresentam uma fossa escavada e não possuem indícios de cobertura, nem indícios de sobreposição de enterramentos (PEREZ MAESTRO, 2017, p. 277). Comparando tais dados com outros casos previamente identificados na região¹⁰, Pérez Maestro destaca que na província a escolha do tipo de enterramento poderia envolver a vontade do indivíduo (quando manifestado em testamento), os desejos da tradição familiar, os meios econômicos e, talvez, a moda do momento (PEREZ MAESTRO, 2017, p. 277).

Se a escolha do formato e local de enterramento não segue uma determinação rígida, não seria o momento de recolocarmos a questão, como propôs Carvalho, sobre caso haja alguma planificação, quem a protagonizaria?

10 Vide os relatórios das escavações de Félix Palma García, *Ocupación industrial y funeraria de un espacio suburbano en la colonia Augusta Emerita. Intervención arqueológica realizada en un solar de la calle Tomás Romero de Castilla s/n*. Mérida excav. Arqueol. 2002, nº 6, p. 79-92; Pedro Dámaso Sánchez Barrero & Miguel A. Alba Calzado, *Intervención arqueológica en la parcela C-1 de Bodegones. Instalación industrial de material constructivo cerámico para la edificación de Emerita Augusta*. Mérida excav. arqueol. 1998, nº 2, p. 237-266, & Andrés Silva Cordero, *Intervención arqueológica realizada en un solar en la calle Tomás Romero de Castilla, esquina con calle San Pedro de Alcántara*. Mérida excav. arqueol. 2002, nº 6, p. 103-110.



Seriam as elites, a administração municipal, os particulares? No avanço em direção a essas indagações, deparamo-nos com um problema: a reutilização dos monumentos funerários, evidenciada por séculos. Frequentemente, as peças funerárias aparecem isoladas em diversos outros espaços e usos, o que acaba por agregar uma dificuldade a mais na investigação do espaço original dos monumentos. Em muitos casos, não é possível saber se os suportes integravam monumentos familiares ou se estariam avulsos, para citar apenas duas das possibilidades.

Frente a isso, as insuficientes informações sobre o contexto arqueológico de monumentos específicos e a preocupação em não desenvolver análises generalizantes aumentam a necessidade de se entabular investigações comparativas construídas em séries documentais que sejam contextualizadas em quadros geográficos bem recortados. Partamos, por conseguinte, à análise dos casos da Província da Lusitânia, notadamente ao estudo das trajetórias de *Gaio Julio Galo*, cidadão de Emérita cujo monumento funerário foi encontrado próximo à cidade de Elvas (no Alentejo Português), e com datação aproximada no século II EC e, já no limiar do século III, observaremos de perto a estela funerária de *Lucio Julio Apto*, oriundo cidade de *Myrtilis* (atual Mértola, Alentejo Português).

PATRONATO E HOSPITALIDADE NOS MONUMENTOS FUNERÁRIOS DE GAIO JULIO GALO E LUCIO JULIO APTO

Dossiê

O monumento funerário de *Gaio Julio Galo* consiste em uma placa funerária em mármore branco do tipo Estremoz/Vila Viçosa. Este mármore é oriundo da região de Estremoz, no Alentejo Português, e caracteriza-se pela presença de raiadas ou vergadas que podem variar de cor (indo de tons rosáceos aos mais escuros) e intensidade. A localização do monumento é atribuída a Elvas, um antigo povoado situado na Lusitânia, próximo à estrada XII do Itinerário Antonino que interligava *Augusta Emerita* (Mérida), *Ebora* (Évora) e *Olisipo* (Lisboa) (ALMEIDA, CARNEIRO, MARTÍN & MORGADO, 2011, p. 194).



Imagem 2 - Epitáfio de Gaio Julio Galo (D'ENCARNAÇÃO, 1984, fotografia 577)

FICHA DE LEITURA

Procedência	Elvas, Portugal.	Descrição: Placa funerária partida em quatro fragmentos (que na restituição da peça acabaram por ficar mal ajustados). Apresenta um campo epigráfico rebaixado em relação a uma moldura que se encontra praticamente destruída. Em geral, o texto e a pedra estão muito danificados, embora a reconstituição não seja complicada.
Paradeiro	Encontra-se embutida na parede do pátio interior do Museu de Elvas - Elvas/Pt.	
Nº Inventário	-	
Tipologia	Placa-Epitáfio	
Material	Mármore branco do tipo Estremoz/ Vila Viçosa	
Medidas	52 x 69 cm	
Inscrição		
G(aio) IVLIO [G]ALLO / EMERI[TENSI ? V]ETERANO / [L]EG(ionis) V II(septimae) [G(eminac) F(elicis)] . STIPENDIS / EMERITI[S] ANN(orum) LXX (septuaginta) / ^s H(ic) S(itus) E(st) S(it) T(ibi) T(erra) L(evis) IVLIA PRIMA / LIB(erta) ET CONIVX . PATRONO / BENEMER(enti ?) . D(e) . S(uo) F(aciendum) . C(uravit)		
Interpretação		
A Gaio Julio Galo/ natural de Mérida/ veterano da Legião 7ª Gêmea Félix/ que cumpriu honradamente o tempo de serviço e faleceu com setenta anos/ Aqui jaz/ Que a terra te seja leve/ Júlia Prima/ liberta e esposa/ mandou fazer/ a expensas suas/ para o patrono tão digno de mérito.		
Bibliografia de referência do monumento		
D'ENCARNAÇÃO, José. <i>Inscrições Romanas do Conventus Pacensis</i> - Tese de doutorado. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, inscrição nº 577.		
Hispania Epigraphica On-line, inscrição nº 22015.		
HÜBNER, E. <i>Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL) II: Inscriptiones Hispaniae Latinae</i> Berlin, 1869, inscrição nº 5212.		
HÜBNER, E. <i>Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum</i> . Berlin, 1892.		



O epitáfio nos apresenta Galo como um veterano da VII Legião denominada “Gêmea Félix”¹¹, natural da colônia Augusta Emérita (capital do *Conventus Emeritensis* e da província da Lusitânia), que possui uma onomástica perfeitamente latina, a saber, com *nomen, praenomen* e *cognomen* (D’ENCARNAÇÃO, 2010, p. 127-128; BORGES, 2016, p. 87-130), sendo os dois primeiros (Gaio e Julio) muito comuns no mundo romano¹². A VII *Gemea Felix* foi instalada no noroeste da Península Ibérica, na região habitada pelos Ástures (no atual território de Leon, Espanha) entre os anos de 74 e 75 EC, no antigo lugar onde estava assentada a Legião VI *Victrix* – uma das que atuaram na conquista do Noroeste peninsular no combate dos últimos focos de resistência dos Ástures¹³.

Como indicam os estudos de Juan Jose Palao Vicente (2006, p. 52-58), a Legião VII foi oficialmente criada em 10 de junho de 68 EC, em *Clunia*, e foi refundada após as guerras civis de 68-69 EC como VII *Gemina*. Com sua chegada, o acampamento militar pré-existente foi reformulado e, a partir deste momento, passou a ser base permanente das operações militares na região ao longo do Império. Para Victorino García Marcos e Ángel Morillo Cerdán, a longevidade da presença militar na região justifica-se para além das típicas ações de conquista e manutenção militar do domínio, estando estreitamente vinculada ao papel do exército na exploração de reservas auríferas anteriormente exploradas pelos Ástures e Calaicos (GARCÍA MARCOS & MORILLO CERDÁN, 2015, p. 96-97).

Se seguirmos as análises de Patrick Le Roux (1982, p. 200), a indicação do serviço militar sugere que Gaio Galo tenha iniciado sua carreira militar entre os anos de 70 e 90 e, quando da conclusão da carreira de 25 anos, foi aposentado, tornando-se um veterano. Pelos serviços militares prestados, recebeu alguma propriedade na área de Elvas, próximo à sua cidade natal, Emérita. Em Elvas, Galo veio a falecer aos setenta anos, sendo ali sepultado. Seguindo esta leitura, o monumento poderia ser datado da primeira metade do século II EC. A dedicante do monumento é sua esposa e liberta, simultaneamente¹⁴. Para

11 Roldán Hervás, na obra *Hispania y el Ejército Romano: contribución a la História Social de la Espana Antigua* (1974, p. 306-314), apresenta um quadro das inscrições relativas a esta legião e, segundo o autor, em nenhuma delas se indica a circunstância *stipendiis emeritis*.

12 Como demonstra José d’Encarnação (1984, p. 643), o cognome *Gallus* está documentado no *conventus* em outros casos, sendo, portanto, conhecido na região.

13 À luz da arqueologia Urbana, atualmente, se aceita a hipótese de que a *Legio VI Victrix*, após a conquista dos povos Ástures, permaneceu estacionada em León aproximadamente entre os primeiros anos do século I EC., e sua retirada definitiva da Península Ibérica ocorre entre os anos de 69-70 EC (PALAO VICENTE, J. J. 2006, p. 52-58).

14 Ato que se registra em outros casos conhecidos na epigrafia peninsular, vide os exemplares catalogados pelo *Corpus Inscriptionum Latinarum*, no livro II, fichas nº 613, nº 2233, nº 4299, nº 4306 e nº 5856.



José d'Encarnação (1984, p. 643), presumivelmente Gaio Galo, após ter cumprido o serviço, libertou a escrava com quem eventualmente já vivia e se casou com ela. Essa interpretação seria possível a partir da observação das escolhas feitas na redação do texto: utiliza-se *patrono* em vez de *marito* ou *viro*.

O monumento funerário de *Lucio Julio Apto* consiste em uma ara em mármore cinzento da região de Trigaches, no território de Beja, no Alentejo Português. Este tipo de mármore é caracterizado pelo grão grosseiro, com veios cinzentos escuros. O monumento foi encontrado nas proximidades da cidade romana de *Myrtilis* ou *Municipium Myrtilensis* que, segundo Plínio, o velho (*Naturalis Historia* 4, 117), gozava do *Latium vetus* (atual cidade de Mértola, no Alentejo).

O segundo epitáfio (Imagem 3) é oferecido por Galião a Lucio Julio Apto. Este faleceu no primeiro inverno após se terem completado os cinco lustros, isto é, 25 anos. Neste exemplar, o defunto também é identificado com os *tria nomina*, apresentando um gentilício que indica seu pertencimento à *gens Iulia* (de seu patrono), muito embora omita a filiação. Na análise de José D'Encarnação, a omissão da filiação poderia estar associada ao significado do cognome latino *Aptus*, que qualificaria o indivíduo ao indicar sua aptidão e destreza, sugerindo a hipótese de estarmos diante de um liberto. Em se tratando do contexto peninsular, esse cognome aparece em outros casos, como num exemplar epigráfico encontrado em Idanha-a-Velha, no qual também aparece como nome de um liberto (VIVES, 1971-1972, n° 4550), e em outro caso, localizado em *Conimbriga* (ETIENNE, FABRE & LEVEQUE, 1976, p. 177, n° 398). Como dedicante da inscrição, tem-se o patrono, identificado como *Gallio*.



Imagem 3 - Epitáfio de Lucio Julio Apto (D'ENCARNAÇÃO, 1984, fotografia 98)



FICHA DE LEITURA

Procedência	Encontrada em Mértola, Portugal.	Descrição: Ara funerária trabalhada nas quatro faces: moldura do tipo garganta encastrada em cima e de garganta reversa na base. Apesar das perdas constatadas no lado inferior esquerdo, não apresenta problemas na leitura nem da forma inicial do monumento, nem da inscrição. O capitel tem dois toros, um de cada lado, decorados com motivos vegetais, ornados de rosetas, talvez de cinco pétalas, nos topos, uma vez que apenas a da esquerda se encontra bem conservada. Há dois frontões triangulares que limitam adiante e atrás um espaço quadrangular de 24,5 X 21,5 cm, possivelmente destinado à colocação de uma estatueta ou busto (parece-nos mais uma reutilização).
Paradeiro	Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. Lisboa	
Nº Inventário	E 6404	
Tipologia	Ara	
Material	Mármore cinzento de Trigaches	
Medidas	94 x 45 x 33/ 36 cm	
Inscrição L(ucio) · IVLIO · APTO / GALLIO · PATRONVS / ITALIA ME GENVIT TELLVS HISPANIA TEXTIT / LVSTRIS QVINQVE FVI SEXTA PEREMIT HIEMPS / IGNOTVS CVNCTIS HOS- PESQVE HAC SEDE IACEBAM / OMNIA QVI NOBIS HIC DEDIT ET TVMVLVM		
Interpretação A Lucio Julio Apto/ o patrono Galião. A terra itálica me viu nascer ¹⁵ / a Hispânia me sepultou/ Vivi cinco lustros/ o sexto inverno matou-me. Neste território vivia ignorado de todos e como hóspede/ Aquele que tudo nos deu/ aqui deu também o túmulo.		
Bibliografia de referência do monumento D'ENCARNAÇÃO, José. <i>Inscrições Romanas do Conventus Pacensis - Tese de doutorado</i> . Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984, inscrição nº 98. <i>Hispania Epigraphica On-line</i> , inscrição nº 23515.		

Ao analisar a estrutura do texto epigráfico, vemos que ela segue uma fórmula já conhecida nos textos poéticos, sobretudo ao rememorar as características métricas do *carmen*, constituído por dois dísticos, hexâmetro e pentâmetro (D'ENCARNAÇÃO, 1984, p. 161). Neste sentido, a primeira frase *Itala me genuit tellus Hispania textit*, consistiria em uma imitação do epitáfio de Virgílio, no qual se vê a fórmula *Mantua me genuit*, aproximação também presente em uma inscrição de Roma (CIL VI, nº 15493, grifo nosso), onde se lê "(...) cineres sola sacravimus ara quae genuit tellus ossa teget tumulo (...)".

Além disso, aqui o vocábulo *Hispania*, é empregado em um sentido poético, isto é, não se trata da menção ao sentido administrativo (se assim fosse faria mais sentido usar o termo oficial para a designação da província, ou seja, Lusitânia)¹⁶. Embora o uso de fórmulas poéticas em epitáfios não seja incomum em território itálico, seu aparecimento em território peninsular (neste caso, na cidade de Mértola) merece destaque principalmente pelo fato de tais

15 Outro paralelo que indica o uso da fórmula poética em textos epigráficos foi encontrado em Baetica *me genuit*, catalogado por Bucheler em seu *Carmina Epigraphica* (n.º 479).

16 Um caso semelhante a esse foi encontrado em Cartagena e registrado no CIL II, nº 3420.



manifestações artísticas não serem muito frequentes. Porventura tratar-se-ia de uma escolha que aponta para uma intenção do patrono em demonstrar sua adesão à 'cultura' romana, ou, ainda, sua iniciativa de reforçar os méritos do cliente, declaradamente um imigrante itálico? De todo modo, sublinha d'Encarnação (1984, p. 161), este é o único personagem documentado no *conventus Pacensis* cuja origem itálica está claramente atestada. Pela tipologia da letra (capitais quadratas, comuns no início do Império), concordamos com o autor na datação do monumento em finais do século II EC.

Como vimos, a partir do texto epigráfico identificamos dois grandes conjuntos de informações: um centrado no indivíduo, formado pelos dados que se referem diretamente ao personagem homenageado - (a) sua identificação, (b) suas relações profissionais, (c) suas relações pessoais; o outro, por sua vez, nos direciona para o contexto de sua vivência. Frente a isso, os monumentos funerários de Gaio Galo e Lucio Apto funcionam para nós como verdadeiros *icebergs*: na superfície de análise, temos dois monumentos, de uma mesma região administrativa (*Conventus Pacensis*), com datações aproximadas (1ª metade e último quartel do século II, respectivamente) e que registram dados de dois senhores, cidadãos romanos que, cada um à sua maneira, eternizaram suas trajetórias individuais. Adentrando na análise da inscrição, entretanto, vemos que em ambos os casos há o registro particular de duas instituições tradicionais na cultura política romana: o *Patrocinium* e o *Hospitium*, sobre as quais nos dedicaremos a seguir.

No primeiro caso que estudamos, para além da identificação do morto, a inscrição funerária de Gaio Júlio Galo registra outro nível de vinculação: ele é patrono e esposo de Julia Prima. Isto é, além das relações pessoais que envolvem os personagens, há aqui o registro de um tipo específico de vinculação social que indica certa assimetria nos papéis desenvolvidos entre os indivíduos. Seja por iniciativa própria, ou pela vontade do falecido previamente registrada em testamento, a encomendante do monumento, Julia Prima, é identificada como *liberta et coniux* (liberta e esposa). Esta condição é reforçada pela qualificação do marido: *patrono benementi*. Ao não se utilizar os vocábulos *marito* ou *viro*, o que se quer enfatizar é a duplicidade da condição de liberta e esposa. Nestes termos, a escolha pelo vocábulo *coniux* em lugar de *uxor* não foi aleatória, como bem sistematizado por Renata Lopes Biazotto Venturini,

(...) o termo patrono era utilizado para descrever o papel que o indivíduo tinha na sociedade, bem como a atenção que ele recebia em função de suas capacidades materiais e morais: elas lhe davam autoridade (*auctoritas*) para atuar publicamente, tornando possível a reunião de um grupo de amigos (*amicus*) ao seu redor (VENTURINI, 2011, p. 175).



Assim, complementa a autora, a *auctoritas* provinha da *virtus*, isto é, do conjunto de qualidades que o homem político poderia e deveria reunir no exercício da vida pública. Eram virtudes ligadas ao estoicismo, coerentes com o *mos maiorum* (tradição, costume mais antigo) e atuavam em todas as esferas da vida cotidiana do indivíduo.

De acordo com a tradição romana, as origens do patronato e do clientelismo são atribuídas ao seu legendário fundador e primeiro rei, Rômulo. Segundo Dionísio de Halicarnasso (*Antiquitates Romanae* 2, 9-10), Rômulo distinguiu os mais poderosos membros da sociedade (patrícios) dos menos poderosos (plebeus), definindo concretamente as obrigações de ambos e confiando estes últimos à proteção dos primeiros. Era permitido a cada plebeu a escolha do seu patrono, o que teria favorecido a existência de vínculos de natureza doméstica e religiosa específica a cada agente (GARCIA, 2000, p. 121-136). Sobre isso, Paloma Balbín Chamorro (2006, p. 22) enfatiza que o Patronato era uma instituição pela qual um indivíduo ou comunidade (*clientes*) se colocava sob a proteção de outra pessoa (*patronus*), à qual, em contrapartida, devia prestar determinados serviços. Essa instituição se baseava no desequilíbrio entre as duas partes firmantes: o cliente tinha idealmente um status social inferior ao do patrono, que, como gozava de uma boa posição econômica ou social, podia atuar em benefício da pessoa ou da comunidade cliente.

No estudo das tábuas de patronato de comunidades italianas durante a República, John Nicols diferencia quatro tipos de relações de patronato: (1) a relação entre um patrono e seu liberto, (2) entre um patrono e indivíduos livres de menor categoria social, (3) o patronato entre um advogado sobre seus 'defendidos', (4) o patronato entre comunidades cívicas¹⁷. Todavia, não se deve olvidar que tais categorias não eram rígidas. Tanto no patronato público como no privado, a premissa fundamental que define a relação assimétrica consistia na responsabilidade básica do patrono em prestar assistência (legal, econômica) ao seu cliente - seja ele indivíduo ou comunidade (NICOLS, 1980, p. 535-561)¹⁸.

17 A essa lista, Paloma Balbín Chamorro (2006, p. 22) acresce o patronato entre *collegia* - encontrados em tabulas na *Hispania*.

18 Durante a República, a função dos patronos públicos foi, principalmente, defender as comunidades recém conquistadas das arbitrariedades do Senado e dos governantes provinciais. Como contrapartida, os patronos se beneficiavam do prestígio e, conseqüentemente, do poder que lhes proporcionavam as grandes clientelas. Já com o advento do Principado (e ao longo do Império), a situação se inverte: a figura do príncipe se sobrepõe aos demais, convertendo-se ideologicamente em patrono de todos os súditos. Com a reorganização administrativa operacionalizada nas províncias, as comunidades provinciais já não se encontravam tão desprotegidas frente ao poder central, e por isso buscavam na figura de seu patrono mais um benfeitor da cidade que um protetor político.



Em se tratando do primeiro caso analisado, vemos que o tipo de patronato assinalado se enquadra na primeira categoria indicada por Nicols, a saber, a relação entre um patrono e seu liberto. Contudo, o texto epigráfico deixa claro que a relação entre Gaio Julio Galo e Julia Prima ultrapassou a relação de *fides* entre patrono e liberta, alcançando um nível íntimo, pessoal. Ademais, Julia coloca em destaque a assimetria da posição de Gaio Julio Galo em relação a sua própria condição social. Isto é, não se trataria de um casamento tradicional cujo objetivo consistiria na preservação do patrimônio e na geração de novos cidadãos, visando à manutenção da estrutura social e política romana, como uma espécie de dever cívico e moral que, por isso, seria circunscrito aos cidadãos¹⁹ (MENNITTI, 2015, p. 55). O casamento em questão foi realizado por outros motivos. Acaso não teria Gaio Julio Galo deixado descendentes, o que justificaria a manumissão, seguida da oficialização do casamento com Julia Prima? Infelizmente, a possível resposta desta pergunta permaneceu restrita a Gaio e a Julia.

Avançando para o segundo caso, temos o epitáfio de Lucio Julio Apto, oferecido pelo seu patrono, do qual sabemos apenas um nome, Galião. A relação de patronato nele eternizada ganha outro elemento: a descrição da trajetória de Lucio Julio Apto, que o apresenta como um *hospes*, um forasteiro em terras estranhas às suas, até o momento em que Galião o recebeu como cliente. De acordo com as análises de José D'Encarnação (1984, p.161), estaríamos perante um caso de *hospitium*. Como indica Balbín Chamoro (2006, p. 23), ao contrário do patronato, em tese, o *hospitium* estabelecia uma relação equilibrada, na qual ambas as partes se relacionavam de igual para igual e tinham os mesmos direitos e obrigações. Em sua origem, a hospitalidade era uma instituição através da qual um estrangeiro era acolhido por um membro de uma comunidade política, que deveria fornecer-lhe abrigo, alimento e ajuda material. A união entabulada estaria sob a tutela de deuses como *Zeus Xenios* ou *Iuppiter Hospitalis*, o que atribuía à relação um caráter sagrado. Os pactos não ficariam restritos ao hóspede que firmasse o acordo, mas se estenderia aos seus filhos e dependentes. Para além do *hospitium* privado, entre indivíduos ou grupos familiares, existia também um *hospitium* público, entre comunidades, ou entre uma comunidade e o seu representante.

À guisa de conclusão, questionamos: a definição apresentada por Balbín Chamorro confrontaria, então, com a interpretação de Lucio Julio Apto como um liberto, conforme sugeriu D'Encarnação, tendo em vista a omissão da filiação e a associação com o significado do cognome latino *Aptus*, que qualificaria

¹⁹ Tal como encontrado nas legislações republicanas, sobretudo na Lei das XII Tábuas, Tábua IV "Do pátrio poder e do casamento". Vide MEIRA, 1961, 260p.



o indivíduo ao indicar sua aptidão e destreza, sugerindo a hipótese de estarmos perante um *ex-cativo*? Considerando que Lucio Julio Apto de fato tenha sido um escravo de origem itálica que, após ter sido liberto, migrou para a *Hispania* e lá, enquanto *hospes*, foi acolhido por Galião, a relação entre ambos poderia ser definida como *patronato* ou *hospitium*?

Eis aí a riqueza do texto epigráfico. Seja liberto ou um cidadão romano, o que o texto nos permite saber é que Lucio Julio Apto era um imigrante e vivia ignorado de todos na nova terra em que se estabelecera. Sua condição mudou ao ser acolhido por Galião, que proveu suas necessidades, inclusive após a morte. Desta feita, concordamos com Balbín Chamorro na compreensão de que, apesar de guardarem distinções essenciais, há semelhanças inegáveis entre o *Hospitium* e o *Patrocinium*, sendo uma delas a observação de que ambos os acordos (ou pactos) surgem da necessidade de fazer frente à ausência da proteção legal que sofre um indivíduo assentado de forma temporária ou definitiva em uma comunidade romana. Nas palavras da autora:

(...) as duas [instituições sociais] se baseiam na *fides*, uma entidade transcendente e extra-humana capaz de liderar homens para o bem e para o mal, que inicialmente não seria apresentada como um conjunto de normas concretas, mas simplesmente como uma atitude de honestidade e de meticulosa atenção no cumprimento dos compromissos assumidos. Relações baseadas na *fides* - portanto, hospitalidade e patronato - teriam surgido para facilitar um mínimo de segurança e paz entre indivíduos e comunidades, numa época em que a simplicidade das unidades sociais excluía a existência de um regulamento legal definido (BALBIN CHAMORRO, 2006, p. 27 – tradução nossa²⁰).

Outra característica comum destacada consiste na reciprocidade estabelecida entre as duas partes que firmaram o pacto. Num primeiro momento essa afirmação soa como paradoxal, pois, uma vez que o patronato seja definido como uma relação essencialmente desigual entre patrono e cliente, onde estaria a reciprocidade? Balbín Chamorro destaca que essa ambiguidade reside na percepção de que, se por um lado as instituições se assentam sob certa relação de força, ligada ao controle que cada parte exerce sobre recursos úteis para o outro e a sua percepção da necessidade do serviço que pode obter em troca,

20 "En este sentido las dos se fundamentan en la *fides*, entidad transcendente y extrahumana capaz de dirigir a los hombres en el bien y en el mal, que en un principio no se presentaría como un conjunto de normas concretas sino simplemente como una actitud de honestidad y severa escrupulosidad en el cumplimiento de los compromisos contraídos. Las relaciones basadas en la *fides* – por lo tanto, la hospitalidad y el patronato – habrían surgido para facilitar un mínimo de seguridad y de paz entre individuos y comunidades en un momento en que la simplicidad de las unidades sociales excluía la existencia de una reglamentación jurídica definida" (BALBIN CHAMORRO, 2006, p. 27).

por outro não se reduz pura e simplesmente a uma relação de poder, já que também intervém um outro elemento de ordem moral, como uma obrigação que julga ambos os sentidos (BALBIN CHAMORRO, 2006, p. 27).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos epigráficos, embora consolidados no contexto europeu, ainda oferecem muito material não explorado e inédito ao público brasileiro. Vimos que as inscrições epigráficas permitem acessar pessoas negligenciadas pela literatura latina em geral, ou seja, pessoas de 'classe média', não membros das elites da capital romana. De fato, sua potencialidade analítica reside no acesso às dinâmicas sociais desenvolvidas no contexto provincial ibérico, ao nos apresentar a uma variedade de formas de vida e visões de mundo peculiares. Nesse sentido, seu estudo contribui de forma significativa à ampliação de nosso olhar investigativo, tornando-o menos excludente, multiplicando a nossa sensibilidade a outras formas de viver, abrindo espaço para narrativas alternativas de vida e para a revisão dos estudos a respeito das relações sociais entabuladas no contexto imperial romano. As epigrafes funerárias, quando colocadas no centro da análise histórica, assumem o mesmo lugar de importância que os registros da cultura política desenvolvida nos espaços então integrados ao domínio romano. É através delas, e não da oficialidade das *leges municipales*, que conseguimos acessar lampejos das experiências diversas que construíram as tramas das relações sociais no tempo e lugar que chamamos de Lusitânia romana.

Como buscamos demonstrar neste artigo, a análise da documentação epigráfica, preceitua, impõe uma investigação dos processos culturais e sociais nos quais os suportes se originam. É somente aí, nesse lugar interpretativo, que os debates interdisciplinares sobre as fronteiras e etnicidades e as reflexões sobre a memória e identidade emergem como eixos de reflexão férteis e pulsantes. Em vista disso, observamos que as mensagens escolhidas para vencer o tempo através de um registro que se pretende perdurável, permanente, possuíam um lugar de importância na vida cotidiana dos indivíduos. O texto epigráfico nos coloca, portanto, perante seleções e escolhas do que se deve ou não ser registrado e incluído na memória do indivíduo ou do grupo social ao qual este pertence (família, clã, grupo político ou étnico).



Documentação

BORMANN, Eugen, HENZEN, Wilhelm & HÜLSEN, Christian. *Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL) – vol VI: Inscriptiones urbis Romae Latinae – pars III: tituli sepulcrales*. Berlin, 1894.

D'ENCARNAÇÃO, José. *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* - Tese de doutorado. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1984.

D'HALICARNASSE, Denys. *Antiquités romaines - Tome II, Livre I et II: Les Origines de Rome* (Trad. Valérie Fromentin, Jacques Schnâbele). Paris: Les Belles Lettres, 2004.

ETIENNE, Robert, FABRE, Georges. e LEVEQUE, Pierre et Monique (Ed.). *Fouilles de Conimbriga II: Epigraphie et sculpture*. Paris: Diffusion De Boccard, 1976, 274p.

Hispania Epigraphica. Disponível em: http://eda-bea.es/pub/search_select.php, acessado em 25 de fevereiro de 2020, às 12h.

HÜBNER, Emil. *Corpus Inscriptionum Latinarum (CIL) - vol II: Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlin, 1869, inscrição nº 5212.

HÜBNER, Emil. *Inscriptionum Hispaniae Latinarum Supplementum*. Berlin, 1892.

PLINY. *Natural History II: Libri III – VII* (Tradução para o inglês por H. Rackham). Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1967.

VIVES, José. *Inscripciones Latinas de la Espana Romana - ILER*. Barcelona: Consejo superior de investigaciones científicas, 1971 e 1972.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, José de Almeida; CARNEIRO, André; MARTÍN, F. Germán Rodríguez & MORGADO, Paula. De Augusta Emerita a Olisipo: proposta de traçado para o primeiro troço da via XII do Itinerário de Antonino. In: CARNEIRO, André; MORGADO, Paula; OLIVEIRA, Jorge de & ROCHA, Leonor. (Ed.). *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das Terceiras Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri/C. M. Fronteira, 2011, p. 193-201.

BALBÍN CHAMORRO, Paloma. *Hospitalidad y Patronato en la Península Ibérica durante la Antigüedad*. Castilla y León: Junta de Castilla y León, 2006.

BORGES, Airan dos Santos. *A paisagem imperial em cidades da Lusitânia: um estudo comparado das formas de integração da elite provincial entre os séculos I a.C. e III d.C.* - Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

BRUUN, Christer & EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

CARVALHO, Helena Paula Abreu de. *A escultura romana em Portugal: Um ensaio de Arqueologia Social* - Dissertação de mestrado. Ponta Delgada, Açores/ Coimbra: Universidade de Coimbra/ Universidade dos Açores, 1992.



CHIOFFI, Laura. Death and burial. In. BRUUN, Christer & EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 627-648.

COOLEY, Alison. *The Cambridge manual of Latin Epigraphy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

D'ENCARNAÇÃO, José. *Epigrafia: as pedras que falam*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

EDMONDSON, Jonathan; NOGALES BASARRATE, Trinidad. e TRILLMICH, Walter. *Imagen y memoria – monumentos funerarios con retratos en la colonia Augusta Emerita*. Madrid: Real Academia de Historia/ Museo Nacional de Arte Romano, 2001.

GARCÍA MARCOS, Victorino, MORILLO CERDÁN, Angel. León, campamento romano. In. CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN Y CULTURA/ INSTITUTO LEONÉS DE CULTURA (Org). *Actas del Segundo Ciclo de Conferencias sobre Historia de León a través de la Arqueología: ArqueoLeón – volumen 1*. Castilla y León: Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura: Diputación Provincial de León, Instituto Leonés de Cultura, 2015, p. 96-97.

GARCIA, Isabel. Patronato e clientelismo sob o olhar crítico de Juvenal. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, Aveiro-PT, volume 2, 2000, p. 121-136.

GARRAFFONI, Renata Senna & LAURENCE, Ray. Writing in public space from child to Adult: The meaning of graffiti. In: SEARS, Gareth, KEEGAN, Peter & LAURENCE, Ray. (Org.). *Written Space in the Latin West, 200BC to AD300*. Londres: Bloomsbury, 2013, p. 123-134.

GOMEZ-PANTOJA, Joaquín Una visión epigráfica de la Geografía de Hispania Central. In. CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo, LE ROUX, Patrick & MORET, Pierre (Ed.) *La invención de una geografía de La Península Ibérica I II – La época imperial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2007, p. 221-248.

KRUSCHWITZ, Peter. Linguistic Variation, Language Change, and Latin Inscriptions. In. BRUUN, Christer & EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 719-742.

LE ROUX, Patrick. *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion*. Paris: Diffusion De Boccard, 1982.

LE ROUX, Patrick. Géographie péninsulaire et épigraphie romaine. In. LE ROUX, Patrick, ARMANI, Sabine, CADIOU, François & FAURE, Patrice (Ed.) *Espagnes romaines: L'empire dans ses provinces – Scripta Varia II*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 197-219.

LE ROUX, Patrick. *La Péninsule Ibérique aux époques romaines (fin du III^e S. AV. N. È – début du VI^e S. DE N. È)*. Paris: Armand Colin, 2010.

LIVERANI, Paolo & SPINOLA, Giandomenico. *La necropoli vaticana lungo la via Trionfale*. Roma: De Luca Editori d'Arte, 2006.

LLORIS, Francisco Beltrán. Latin Epigraphy: The Main Types of Inscriptions. In. BRUUN, Christer & EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 89-110.

LLORIS, Francisco Beltrán. The Epigraphic Habit in the Roman World. In. BRUUN, Christer & EDMONDSON, Jonathan. *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 131-148.



LOPES, Luis. O triângulo de mármore: estudo geológico. *Revista Monumentos*, Évora, nº 27, 2007, p. 6-15.

MACMULLEN, Ramsey. The Epigraphic Habit in the Roman Empire. *The American Journal of Philology*, Baltimore, Maryland/ EUA, vol. 103, nº 3, 1982, p. 233-246.

PEREZ MAESTRO, Carmen. A convivência de ritos funerários, incineração e inhumação em el Altoimperio emeritense: intervenção arqueológica realizada em un solar de la C/ Arturo Barea s/n. *Mérida Excavaciones Arqueológicas - 2006-2008*, Mérida/Es, nº12, 2017, p.271-278.

MANTAS, Vasco Gil. A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. *Conimbriga*, Coimbra, nº 43, 2004, p. 63-83.

MEIRA, Silvio. A lei das XII Tábuas: fonte do direito público e privado. Rio de Janeiro: Forense, 1961.

MENNITTI, Danieli. *As mulheres não tão silenciosas de Roma: representações do feminino em Plínio, o Jovem (62 a 113 d.C.)* - Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2015.

NICOLS, Jonh. *Tabulae patronatus: A Study of the Agreement between Patron and Client-Community*. In. TEMPORINI, Hildegard & HAASE, Wolfgang (Org.). *Aufstieg und niedergang der römischen welt: geschichte und kultur roms im Spiegel der neuren forschung: II Principat*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1980, p. 535-561.

PALAO VICENTE, Juan José. *Legio VII Gemina (Pia) Felix. Estudio de una legión romana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2006.

PANDO ANTA, Maria Tereza. *La sociedad romana del Conventus Emeritensis a través de sus estelas funerárias* (Cuadernos Emeritenses 31). Mérida: Museo Nacional de Arte Romano/ Asociación de Amigos del Museo/ Fundación de Estudios Romanos, 2005.

SALLER, Richard & SHAW, Brent. *Tombstones and Roman Family Relations in the Principate: Civilian, Soldiers and Slaves*. *The Journal of Roman Studies*, Cambridge, nº 74, 1984, p. 124-156.

SAQUETE CHAMIZO, José Carlos. *Las Elites Sociales de Augusta Emerita*. Mérida: MNAR, 1997.

TOYNBEE, Jocelyn Mary Catherine. *Death and burial in the roman world*. Baltimore/London: The Johns Hopkins Paperbacks Edition, 1996.

VENTURINI, Renata Lopes Biazotto. *Estoicismo e imperium: a virtus do homem político romano*. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá, volume 33, nº. 2, 2011, p. 175-181.

WOOLF, Greg. *Becoming Roman: the origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

